

PREGÃO ELETRÔNICO

90.001/2024

CONTRATANTE (UASG)
(158561)

OBJETO

Aquisição de material de consumo (Combustíveis) para suprir as necessidades de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - Campus Tabatinga, em sistema de registro de preços

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 351.912,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 02/04/2024 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:
aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	15
11. DOS RECURSOS	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS TABATINGA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

(Processo Administrativo nº 23443.001124/2024-84)

Torna-se público que o(a) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – Campus Tabatinga, por meio do(a) Departamento de Administração e Planejamento, sediado(a) na rua Santos Dumont, Bairro Vila Verde, s/nº, Tabatinga - Amazonas, CEP 69.640-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de material de consumo (Combustíveis) para suprir as necessidades de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - Campus Tabatinga, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Quantidade cotada devendo respeitar a quantidade total dos itens.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,02 (dois centavos).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade, conforme Termo de Referência.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Portal de Compras Governamentais do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos, eletronicamente, mediante solicitação pelo e-mail daptbt@ifam.edu.br, de mesmo modo os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail daptbt@ifam.edu.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Rua Santos Dumont, s /nº, Vila Verde - CEP: 69640-000.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: rua Santos Dumont, S/Nº - Bairro: Vila Verde, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 17h00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Tabatinga - AM, 18 de março de 2024.

NICOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES

Portaria nº 1.105/GR/IFAM, de 22 de junho de 2023.

Diretor Geral do IFAM – Campus Tabatinga

ANEXO I

Termo de Referência



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO AMAPÁ
CAMPUS TABATINGA

(Processo Administrativo nº. 23443.001124/2024-84)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de consumo (combustíveis) para suprir as necessidades de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - Campus Tabatinga, através do Sistema de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 1	1	Gasolina Uso: Para Automotivos , Classificação: Comum , Índice De Octanagem: lad 87 Min	461506	Litros	8400	R\$ 7,8400	R\$ 65.856,00
	2	Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/K	477915	Litros	3600	R\$ 8,7400	R\$ 31.464,00
	3	Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 10	461548	Litros	28800	R\$ 8,8400	R\$ 254.592,00



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

		MG/K					
--	--	------	--	--	--	--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a falta de produto acarreta na paralisação das atividades essenciais de locomoção do campus, dos equipamentos agrícolas e do gerador de energia. Por estarmos localizados no interior do Amapá que possui características específicas de distância que prejudicam quaisquer respostas que contem com uma resposta logística ágil, por isso não há a possibilidade ficarmos sem combustíveis contratos de forma contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o princípio da economicidade, notadamente no que se refere aos custos com a realização de novos processos licitatórios e a reduzida mão de obra de servidores lotados no Departamento de Administração e Planejamento do campus.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10792928000100-0-000008/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
- III) Id do item no PCA: Tabatinga/AM;
- IV) Classe/Grupo: 9140 - ÓLEOS COMBUSTÍVEIS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158561-90001/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

4.1.1. Considerando que o comércio de combustíveis, é atividade classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, exige-se o Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n. 13/2021 e normas supervenientes.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não há indicação de marcas, características ou modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Na presente contratação não há indicação vedações de marcas ou produtos.

Da exigência de amostra

4.4. Na presente contratação não há exigência de amostra.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não haverá exigência de carta de solidariedade na presente contratação.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A CONTRATADA deverá abastecer com os combustíveis os veículos autorizados e os recipientes apropriados, a fim de abastecer máquinas, gerador de energia, embarcações e implementos agrícolas, mediante a presença e assinatura de pessoa credenciada pela CONTRATANTE, com apresentação de documento que contenha no mínimo: identificação da requisição (por exemplo numérica ou alfanumérica); data do abastecimento; quantidade e descrição do combustível abastecido.

5.2. Apresentar relatório mensal, via e-mail, indicando a consolidação dos dados indicados no item “4.6”, para fins de conferência da fiscalização.

5.3. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do contrato sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;

5.4. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato do abastecimento, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. Haverá controle em planilha compartilhada (entre a contratante e a contratada) para lançamento e conferência das requisições utilizadas, antes do recebimento da Nota Fiscal.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. **Ato de autorização** para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n° 13/2021 Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n° 13/2021 e normas supervenientes.

8.15. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n° 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 7% do valor total estimado da contratação.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 351.912,00 (trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e doze reais), conforme custos unitários apostos em anexo.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 26403/158561;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 12363511220RL0013;
- IV) Elemento de Despesa: 33.90.30;
- V) Plano Interno: L20RLP0114N;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Tabatinga/AM, 07 de março de 2024.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

Equipe responsável pela elaboração do Termo de Referência

FUNÇÃO NA EQUIPE	SERVIDOR(A)	SETOR	SIAPE
Integrante Requisitante	Sérgio Fernandes Assis	Coordenação de Materiais, Manutenção e Patrimônio	1778871
Integrante Técnico	Marcela Barbosa Cardoso	Coordenação de Administração e Finanças	1102526
Integrante Administrativo	Damascincyto Gomes de Menezes	Setor de Licitação	3328927

Aprovação do Termo de Referência:

Considerando a premente necessidade da Administração em estabelecer meios de Aquisição de consumo (combustíveis) estando prevista nos instrumentos de planejamento da Administração, conforme identificado neste Termo de Referência;

Aprovo a conveniência e oportunidade apresentado; autorizo o prosseguimento dos trâmites para a contratação aquisição de consumo (combustíveis), aprovo o presente Termo de Referência com vista às justificativas e em conformidade com as especificações, quantidades e pesquisa de mercado constantes deste certame. Em vista das informações apresentadas e com observância das normas vigentes, APROVO o presente Termo de Referência.

Nicolas Andretti de Souza Neves,
Portaria nº 1.105 – GR/IFAM, de 22 de junho de 2023
Diretor Geral do IFAM – *Campus* Tabatinga

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar 1/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23443.001124/2024-84

2. Descrição da necessidade

Aquisição de material de consumo (combustíveis) para suprir as necessidades de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - *Campus* Tabatinga, sob demanda de forma continuada e fracionada, conforme condições, quantidades, exigências e estimativa.

A aquisição faz-se imprescindível para suprir a necessidade de abastecimento:

- da frota de veículos do campus, utilizada para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além das atividades administrativas;
- das embarcações utilizadas para transporte escolar dos discentes residentes do município de Benjamin Constant, contrapartida resultante da colaboração entre o instituto e a Prefeitura Municipal de Benjamin Constant;
- de tratores utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao passo que o campus possui os cursos voltados para a área agropecuária e ambiental;
- de grupo gerador utilizado quando da interrupção do abastecimento de energia pela concessionária;
- de outros equipamentos, como roçadeiras, utilizadas na manutenção da área do instituto.

Portanto, a aquisição dos itens pretendidos é essencial para o bom desenvolvimento das atividades do campus, além da manutenção e segurança do patrimônio público.

Os produtos descritos na oficialização da demanda e neste estudo técnico preliminar, enquadram-se como bens comuns.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Materiais Manutenção e Patrimônio	Sérgio Fernandes Assis

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os insumos deverão ser adquiridos de forma contínua, em acordo com a necessidade da Contratante (NE).

4.2. O julgamento do menor preço ofertado por item, sendo que este julgamento não excluirá o atendimento às especificações mínimas exigidas de cada item, ou seja, se o proponente de menor preço, ofertar produto em desacordo com a descrição técnica do item ou que não atendam a legislação vigente, a proposta será desclassificada.

4.3. O fornecimento deverá ser prestado no posto de abastecimento da CONTRATADA, obrigatoriamente, com sede na cidade de Tabatinga - AM e, para que não haja prejuízo para este instituto, será adotado o critério do perímetro preestabelecido delimitado no raio de até 8km do endereço do IFAM - Campus Tabatinga. Desta forma, só poderão participar do certame empresas cujo local de fornecimento dos combustíveis esteja no entorno da sede do IFAM - Campus Tabatinga: Rua Santos Dumont, s/n, Vila Verde, CEP 69640-000, Tabatinga - AM.

4.3.1. A exigência de possuir sede no município de Tabatinga, é definida pelo princípio da economicidade, visto que se o fornecedor for de uma localidade distante, a contratação não abrangerá o resultado pretendido, que é o abastecimento pontual e quando surgir a demanda num determinado veículo, sendo que este se deslocará até a sede da contratada.

4.4. O Licitante deverá ser credenciado regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no Art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.5. O fornecedor deverá possuir licença de comercialização do produto e estar devidamente legalizado ambientalmente.

4.5.1. Considerando que o objeto da licitação é produto classificado pela Lei 6.938/1981, em seu Anexo VIII, como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, deverá atender os seguintes requisitos:

a) Para o exercício de atividade de comércio de combustíveis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n. 13/2021 e normas supervenientes

4.6. O fornecedor para todos os produtos ofertados deverá possuir os registros obrigatórios nos respectivos órgãos reguladores.

4.7. A empresa como condição de habilitação, deverá apresentar documentação comprobatória de registro na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) para o exercício de atividades de distribuição e/ou revenda pertinente ao fornecimento dos combustíveis automotivos (Resolução ANP nº 42/2011, nº 41/2013 e nº 784/2019).

4.8. Obedecer todas as legislações, normas e resoluções da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, assim como suas atualizações e alterações, que estejam em vigor no período da licitação, contratação e fornecimento dos combustíveis licitados, promovendo sempre que ocorrer alteração ou atualizações, as adequações necessárias para o fornecimento de combustíveis sempre dentro dos parâmetros exigidos pela citada agência (ANP).

4.9. A CONTRATADA deverá abastecer com os combustíveis os veículos autorizados, mediante a presença e assinatura de pessoa credenciada pela CONTRATANTE, com apresentação de documento que contenha no mínimo: identificação da requisição (por exemplo numérica ou alfanumérica); data do abastecimento; quantidade e descrição do combustível abastecido.

4.10. Apresentar relatório mensal, via e-mail, indicando a consolidação dos dados indicados no item "4.6", para fins de conferência da fiscalização.

4.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do contrato sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;

4.12. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes; e

4.13. Responsabilizar-se por danos pessoais ou materiais causados diretamente por seus funcionários ou por fornecimento de produtos inadequados aos veículos da CONTRATANTE na execução do contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.

4.14. Manter durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.15. O contrato terá vigência pelo período de 1 (um) ano, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foi realizado levantamento de mercado, a fim de prospectar e analisar as possíveis soluções existentes no mercado.

5.2. E com base nos requisitos técnicos, a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado de acordo com a IN nº 65/2021.

5.3. No caso concreto, certifica-se que na fase de levantamento de mercado, a Administração optou por utilizar o parâmetro indicado no inciso I do art. 5º da IN nº 65/2021. Sendo assim, realizou-se a pesquisa nos sistemas oficiais de governo, no caso, pelo Compras.gov.br. O levantamento das contratações públicas delimitou-se ao estado do Amazonas nos últimos 12 meses.

5.4. Por conseguinte, os critérios utilizados para o levantamento de mercado visam aferir de modo mais realista as opções de mercado mais vantajosas para contratação pela administração pública.

5.5. Pelo levantamento de mercado constatou-se que o objeto da contratação poderia ser executado tanto a aquisição na forma de materiais, como a contratação de serviços de gerenciamento de frota para abastecimento, conforme observa-se no quadro abaixo.

UASG / Órgão	Esfera	Data da compra	Compra	Modalidade	Objeto da Compra
989835- Estado do Amazonas	Estadual	18/01/2024	98983505000202023	Pregão	Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de derivados de petróleo: gasolina, diesel b s-10 e diesel b s-500, através do sistema de registro de preço.
					Objeto: Pregão Eletrônico -

160515 – Comando do Exército	Federal	22/12/2023	16051505000312023	Pregão	Eventual Aquisição de Combustíveis (gasolina comum e óleo dieselS10).
80002 - JUSTICA DO TRABALHO	Federal	10/01/2024	8000205000332023	Pregão	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento informatizado de frota de veículos, mediante rede credenciada para fornecimento dos seguintes produtos e serviços: combustíveis; manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços; higienização de veículos. Conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos.

5.6. E diante dos dados resultantes do levantamento de mercado optou-se pela aquisição para este certame pela aquisição na forma de materiais, por se considerar mais viável para esta localidade, e, portanto, com menos suscetibilidade a práticas antieconômicas, o que se confirma posteriormente com a pesquisa de preços constatando a vantajosidade econômica para a administração pública.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução desenhada neste estudo busca obter a proposta mais vantajosa para a IFAM – Campus Tabatinga, levando-se em conta a demanda dos materiais de consumo, no caso combustíveis, para abastecimento dos veículos, máquinas e gerador de energia do instituto.

6.2. Dessa forma foi levado em conta o melhor custo x benefício, como também o atendimento das necessidades relacionadas pelo integrante requisitante e a área requisitante.

6.3. Posteriormente, ao levantamento de mercado relacionada a essa aquisição, se considerou adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do inciso II, do artigo 40, e artigos 82 e 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre o SRP.

6.4. Conforme, o artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, dispositivo infralegal que regulamenta o SRP, a utilização deste sistema se aplica para a intenção de aquisição do objeto demandado.

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

[...]

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

6.5. Em função das características do objeto da contratação, do mercado local e forma de fornecimento, a solução definida foi a realização de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico com emprego do Sistema de Registro de Preços, menor preço por item com ampla concorrência.

6.6. A utilização do sistema de registro de preços propiciará a redução de custos, sem a realização de licitações seguidas para o mesmo objeto, atendendo-se, portanto, aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência. Possibilitando adaptar os cenários momentâneos da economia do IFAM.

6.7. Em razão da capacidade reduzida de gerenciamento do órgão gerenciador, no caso o IFAM - Campus Tabatinga, justificamos a opção de negarmos posteriores adesões, a órgãos não-participantes, conforme art. 7º, I e XI, do Decreto:

“Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

[...]

XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;”

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa da quantidade de consumo do objeto da contratação baseia-se no consumo do último

7.2. Em específico sobre o transporte dos alunos residentes do município Benjamin Constant, existe uma cooperação entre o IFAM – Campus Tabatinga e a Prefeitura de Benjamin Constant, que visa a efetividade do transporte fluvial a estes alunos. Esta colaboração funciona em linhas gerais da seguinte forma o instituto fornece os combustíveis e a prefeitura de Benjamin Constant em contrapartida cede suas embarcações e motoristas fluviais. Especificamente o IFAM fornece: 300 litros de diesel S10 para uma embarcação com capacidade para 58 pessoas, o combustível é complementado pela Prefeitura de Benjamin Constant, bem como os custos com manutenção, tripulação e aluguel de embarcação são arcados pela PMBC. Em caráter de urgência, o instituto contribui com 450 litros de gasolina comum para uma embarcação que comporta 26 pessoas, esta complementação somente é realizada quando a embarcação principal não está transitando normalmente. A partir destas informações projetamos o consumo do ano de 2024 com as mesmas quantidades adquiridas no último pregão eletrônico, sendo estes quantitativos estimados para manter o Campus Tabatinga por 12 (doze) meses.

7.3. E considerando que a solução definida para esta aquisição se dará pela modalidade de Pregão Eletrônico por sistema de registro de preços, esses quantitativos máximos poderão ser empenhados ou não, a depender da necessidade da Administração, não se podendo afirmar com precisão os quantitativos que serão adquiridos.

7.4. Segue abaixo histórico de consumo levantada a partir do contrato anterior, por veículo /atividade, conforme explanado:

VEÍCULO/EQUIPAMENTO	PLACA	COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO TOTAL
Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		Gasolina Comum	Litros	3720
Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		Diesel S-10	Litros	10555
Caminhonete Nissan/Frontier ATTAK	QZI5A46	Diesel S-10	Litros	648
Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	Diesel S-10	Litros	1445
Colaboração com a APAE		Diesel S-10	Litros	720
Embarcação Navegantes		Gasolina Comum	Litros	60
FIAT/ STRADA FIRE FLEX	NOT - 4843	Gasolina Comum	Litros	395

Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		Diesel Comum	Litros	5776
Microônibus - IVECO CITYCLASS 70C17	PHK - 2568	Diesel S-10	Litros	
Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	Diesel S-10	Litros	4806
Roçadeiras e outros implementos agrícolas		Gasolina Comum	Litros	573
Trator 4x4 NEW HOLLAND		Diesel S-10	Litros	777
VW KOMBI	NOU - 3636	Gasolina Comum	Litros	454

7.5. Portanto, após estimativa de consumo por veículo/equipamento, estabeleceu-se os quantitativos máximos a serem adquiridos conforme resumo abaixo:

CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
461506	Gasolina Uso: Para Automotivos , Classificação: Comum , Índice De Octanagem: lad 87 Min	Litros	8400
477915	Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/K	Litros	3600
461548	Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/K	Litros	28800

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 351.912,00

8.1. A estimativa de preços da contratação foi elaborada de acordo com a Instrução Normativa nº 65 - SEGES/ME, de 7 de julho de 2021. Elegendo os parâmetros previstos no inciso I e II, do artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, sendo a combinação da pesquisa nos sistemas oficiais de governo, no caso, pelo Compras.gov.br, e da pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, garantindo a aferição dos valores referenciais dos itens a serem adquiridos, de modo mais realista para então eleger o molde mais vantajoso de contratação para a administração pública.

8.2. Os dados levantados na pesquisa de preços e a metodologia aplicada para obtenção do preço de referência da contratação pública consta na nota técnica resultante da pesquisa de preços, em anexo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não haverá parcelamento do objeto a ser contratado, pois os itens foram organizados em grupo único, por possuírem relação entre si e tornar a gestão da contratação econômica e administrativamente viável para o IFAM - Campus Tabatinga.

9.2 Outro fator é conveniência e economia na gestão, inter-relação entre serviços, gerenciamento e controle na execução do contrato. O procedimento efetuado por meio de agrupamento acarretará uma maior racionalização quanto ao número de contratos que poderão advir do processo licitatório, evitando que suas gestões e fiscalizações demandem elevado número de servidores, fato que, por si só, representaria antieconomicidade, no momento em que haveria necessidade de grande disponibilização do tempo laboral dos referidos servidores, fato que representa maiores gastos para a Administração, especialmente diante de um quadro de notória carência de agentes da Administração Pública para a execução de atividades-meio.

9.3 Nessa esteira, o Acórdão nº 2.796/2013 – TCU – Plenário frisa que “a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula nº. 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos.”

9.4 A aquisição pretendida se encaixa entre as situações em que a lei restringe o parcelamento do objeto, conforme art. 40, em seu parágrafo terceiro, inciso I:

“§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;”

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está prevista no plano de metas da instituição, conforme demonstrado na DFD.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A necessidade da aquisição de combustíveis atenderá às demandas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão do IFAM - *Campus* Tabatinga que necessitem de utilização de veículos automotores ou de embarcações para suas execuções.

12.2. Permanecer com o abastecimentos de combustível do gerador de energia do Campus que é extremamente necessário, devido às constantes faltas de energia no município de Tabatinga.

12.3. A economicidade já atestada pela Equipe de Planejamento no referido processo, sendo, portanto, com o pregão teremos mais competitividade e racionalizaremos seus recursos disponíveis adequando-se a melhor solução de custo-benefício disponível no mercado.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias adequações no ambiente do Campus, tendo em vista, que não haverá armazenamento do produto, por não haver infraestrutura adequada e nem interesse da Administração. Os produtos serão entregues de forma fracionada conforme a necessidade de utilização.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se identifica impactos ambientais com a aquisição, sendo que o fornecedor deve atender a todos os requisitos da agência reguladora (ANP).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Atende todos os requisitos de demanda, está alinhada com o plano de aquisições do IFAM - *Campus* Tabatinga, sendo produtos indispensáveis para manutenção das atividades do instituto.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELA BARBOSA CARDOSO

Membro da comissão de contratação

CINDY NAILA ALVES GRANDES

Membro da comissão de contratação

SERGIO FERNANDES ASSIS

Equipe de apoio

DAMASCINCLYTO GOMES DE MENEZES

Membro da comissão de contratação

Despacho: Aprovo a conveniência e oportunidade da contratação; autorizo o prosseguimento dos trâmites para a aquisição de material de combustíveis; APROVO o presente instrumento de contratação.

NICOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - HISTÓRICO DE CONSUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01.2023.pdf (845.04 KB)
- Anexo II - Pesquisa de postos de combustíveis_ANP.pdf (371.06 KB)
- Anexo III - Ofícios encaminhados aos fornecedores para pesquisa de preços.pdf (1.48 MB)
- Anexo IV - Resposta da solicitação de cotação de preços da Empresa A L Peres de Araújo ME.pdf (1.13 MB)
- Anexo V - Resposta da solicitação de cotação de preços da Empresa A S Comércio Varej de Combustíveis Ltda..pdf (975.88 KB)
- Anexo VI - Resposta da solicitação de cotação de preços da Empresa Posto Irmãos Nunes Com. Var. de Combustíveis Ltda..pdf (180.92 KB)
- Anexo VII - Nota_Tecnica_nBA_002-2024_assinado.pdf (301.34 KB)

**Anexo I - HISTÓRICO DE CONSUMO DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS Nº 01.2023.pdf**



HISTÓRICO DE CONSUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2023

Nº	DATA	VEICULO	PLACA	PRODUTO	UNIDADE	QTD
2829	05/05/2002	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
2847	31/05/2022	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
2710	02/02/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	90
2712	06/02/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	168
2713	09/02/2023	Fiat/ Strada Fire Flex	NOT - 4843	GASOLINA	Litros	35
3681	09/02/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
2714	13/02/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
3708	13/02/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTAK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	60
2716	13/02/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	55
2715	13/02/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	160
2718	14/02/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
1926	16/02/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	345
	17/02/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	200
2719	18/02/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	180
2720	22/02/2023	Fiat/ Strada Fire Flex	NOT - 4843	GASOLINA	Litros	50
2720	22/02/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	50
2721	23/02/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	100
2722	23/02/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	120
	24/02/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	272
2723	25/02/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	169
2724	27/02/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2725	02/03/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	120
2726	03/03/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	130
2727	03/03/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
2728	03/03/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
2730	04/03/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	167
2729	06/03/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2731	08/03/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
2732	09/03/2023	Fiat/ Strada Fire Flex	NOT - 4843	GASOLINA	Litros	50
2732	09/03/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	50
886	10/03/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2734	13/03/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2733	13/03/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	300
888	13/03/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	151
2735	15/03/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	50
887	17/03/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2737	20/03/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTAK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	61



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS TABATINGA



2736	20/03/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2738	20/03/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	300
2739	22/03/2023	Fiat/ Strada Fire Flex	NOT - 4843	GASOLINA	Litros	50
2740	23/03/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	180
2802	27/03/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2803	27/03/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTACK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	50
2801	27/03/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2805	29/03/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	160
2804	29/03/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	40
2810	03/04/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	180
2806	03/04/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
2808	03/04/2023	Fiat/ Strada Fire Flex	NOT - 4843	GASOLINA	Litros	60
2808	03/04/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	60
2809	04/04/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	123
2811	04/04/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2813	06/04/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
2812	06/04/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	40
2814	10/04/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2815	10/04/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	170
4264	11/04/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTACK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	17
2816	11/04/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2818	17/04/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	55
2817	17/04/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	240
2819	18/04/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	160
2820	19/04/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2822	24/04/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2821	24/04/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2823	24/04/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
3776	26/04/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	304
2824	26/04/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	160
2825	27/04/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	55
2826	28/04/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	40
2827	02/05/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	240
2828	03/05/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
894	05/05/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	170
895	05/05/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	180
2832	08/05/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2830	08/05/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
586	08/05/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	136
2834	10/05/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
896	12/05/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	332
2835	16/05/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
2837	16/05/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS TABATINGA



2839	17/05/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	180
2838	17/05/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTACK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	50
3788	18/05/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	284
2840	18/05/2023	Fiat/ Strada Fire Flex	NOT - 4843	GASOLINA	Litros	35
2841	19/05/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	170
2843	23/05/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
2842	23/05/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2844	25/05/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	200
2845	30/05/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2846	30/05/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	160
2848	31/05/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	40
3744	02/06/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	200
2849	06/06/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2850	07/06/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
2751	07/06/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	200
2752	09/06/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
3795	09/06/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	266
2754	12/06/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2755	13/06/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2756	14/06/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	200
2757	17/06/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	200
2758	19/06/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2759	19/06/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTACK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	50
2760	19/06/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2761	20/06/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	160
2762	21/06/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	140
2742	26/06/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
2741	26/06/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	160
2743	27/06/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2744	29/06/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
2746	01/07/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	200
27480	04/07/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
898	05/07/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	243
2749	05/07/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	144
5151	06/07/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTACK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	50
2750	06/07/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	140
5058	07/07/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	300
5152	07/07/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	35
5059	10/07/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	200
5154	12/07/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
5153	12/07/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	40
5060	14/07/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	162



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS TABATINGA



5155	18/07/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
5156	18/07/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
5158	18/07/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
5160	21/07/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	250
5161	27/07/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTACK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	80
5163	27/07/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
	27/07/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	120
5164	28/07/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	284
5165	31/07/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
5166	31/07/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
5167	31/07/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
5169	01/08/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	164
5168	04/08/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	300
5170	07/08/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
5172	07/08/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
5171	07/08/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
2831	08/08/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTACK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	50
5173	09/08/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	127
5174	10/08/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	150
5175	11/08/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	150
5176	15/08/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	115
5178	16/08/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
5177	16/08/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	200
5179	17/08/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
5180	18/08/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTACK	QZ15A46	DIESEL S10	Litros	80
5181	19/08/2023	Trator 4x4 NEW HOLLAND		DIESEL S10	Litros	100
5182	21/08/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
5183	21/08/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
5184	21/08/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	228
5850	24/08/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	149
5186	26/08/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	100
656	28/08/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
657	28/08/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
660	29/08/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
659	29/08/2023	Fiat/ Strada Fire Flex	NOT - 4843	GASOLINA	Litros	50
658	29/08/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	40
662	31/08/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
5188	04/09/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	400
519	08/09/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	200
5189	11/09/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	200
5190	11/09/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
5191	12/09/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	160
5194	15/09/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	200
5196	15/09/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
6103	15/09/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	45



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS TABATINGA



5198	15/09/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	40
5195	18/09/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	285
5199	18/09/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
5197	20/09/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	200
5200	20/09/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
5185	22/09/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
6151	25/09/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	125
6152	26/09/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
6153	27/09/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
6154	03/10/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
6155	06/10/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	70
6156	06/10/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
6157	09/10/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
6159	10/10/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
6158	10/10/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	35
6160	11/10/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	121
6161	11/10/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
6162	13/10/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	200
6163	13/10/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	200
6165	17/10/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	100
6167	18/10/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
6164	18/10/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	285
6168	19/10/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	15
6169	20/10/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	210
6170	23/10/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	40
6171	27/10/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	200
6173	27/10/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	8
6172	28/10/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	200
6174	30/10/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	100
6176	30/10/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
6177	01/11/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
6175	01/11/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	100
6178	03/11/2023	Trator 4x4 NEW HOLLAND		DIESEL S10	Litros	40
6180	04/11/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
6180	06/11/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	100
6179	06/11/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	36
6182	07/11/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
6183	08/11/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	200
6181	08/11/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	138
6184	09/11/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	100
6185	13/11/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
6187	13/11/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	60
6186	13/11/2023	Embarcação Navegantes		GASOLINA	Litros	60
6188	20/11/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	150
663	21/11/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	240



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS TABATINGA



6189	21/11/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	40
6190	21/11/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	150
664	22/11/2023	Fiat/ Strada Fire Flex	NOT - 4843	GASOLINA	Litros	30
665	22/11/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
6191	24/11/2023	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
6192	27/11/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
666	27/11/2023	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	172
6193	28/11/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	60
6197	30/11/2023	Colaboração com a APAE		DIESEL S10	Litros	20
7306	01/12/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	300
7302	05/12/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	200
6200	05/12/2023	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	33
7301	07/12/2023	Caminhonete Nissan/Frontier ATTAK	QZI5A46	DIESEL S10	Litros	50
7307	09/12/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	300
7303	11/12/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	60
7308	11/12/2023	Trator 4x4 NEW HOLLAND		DIESEL S10	Litros	158
7305	12/12/2023	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	360
7309	15/12/2023	Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		GASOLINA	Litros	150
7310	22/12/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	200
7311	28/12/2023	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	55
7312	29/12/2023	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	250
667	03/01/2024	VW KOMBI	NOU - 3636	GASOLINA	Litros	35
668	09/01/2024	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	88
669	16/01/2024	Caminhonete Nissan/Frontier ATTAK	QZI5A46	DIESEL S10	Litros	50
671	17/01/2024	Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	DIESEL S10	Litros	50
670	17/01/2024	Fiat/ Strada Fire Flex	NOT - 4843	GASOLINA	Litros	35
672	18/01/2024	Roçadeiras e outros implementos agrícolas		GASOLINA	Litros	20
7313	19/01/2024	Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		DIESEL S10	Litros	200
7314	19/01/2024	Trator 4x4 NEW HOLLAND		DIESEL S10	Litros	100
7316	24/01/2024	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	100
675	25/01/2024	Ônibus AGRAL/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	DIESEL S10	Litros	150
7317	25/01/2024	Trator 4x4 NEW HOLLAND		DIESEL S10	Litros	379
7315	26/01/2024	Barco tipo expresso (capacidade 58 Pessoas)		DIESEL S10	Litros	100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS TABATINGA



VEÍCULO/EQUIPAMENTO	PLACA	COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO TOTAL
Barco com motor de popa de 200hp (capacidade 26 Pessoas)		Gasolina Comum	Litros	3720
Barco tipo expresse (capacidade 58 Pessoas)		Diesel S-10	Litros	10555
Caminhonete Nissan/Frontier ATTAK	QZI5A46	Diesel S-10	Litros	648
Caminhonete L200 TRITON	NOY - 2892	Diesel S-10	Litros	1445
Colaboração com a APAE		Diesel S-10	Litros	720
Embarcação Navegantes		Gasolina Comum	Litros	60
FIAT/ STRADA FIRE FLEX	NOT - 4843	Gasolina Comum	Litros	395
Gerador de Energia CUMMINS 300KVA		Diesel Comum	Litros	5776
Microônibus - IVECO CITYCLASS 70C17	PHK - 2568	Diesel S-10	Litros	
Ônibus AGRALE/MA150 NEOBUS SPEC	OAA - 8403	Diesel S-10	Litros	4806
Roçadeiras e outros implementos agrícolas		Gasolina Comum	Litros	573
Trator 4x4 NEW HOLLAND		Diesel S-10	Litros	777
VW KOMBI	NOU - 3636	Gasolina Comum	Litros	454

ITEM	COMBUSTÍVEL	UNIDADE	CONSUMO TOTAL
01	Diesel Comum	Litros	5776
02	Diesel S-10	Litros	18951
03	Gasolina Comum	Litros	5202

Anexo II - Pesquisa de postos de combustíveis_ANP.pdf

CONSULTA DE POSTOS

Filtrar Registros

CNPJ

Nome do Posto

Estado

Município

AMAZONAS

TABATINGA

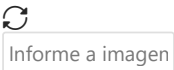


[Início](#) [SIMP](#) [SIGEP](#)

Para exportar todos os dados de revendedores autorizados em operação, clique no botão [EXPORTAR](#).
Para exportar todos os dados de revendedores autorizados em operação, com tancagem, clique no botão [EXPORTAR COM TANCAGEM](#).

Links:

[Verificar](#) a autenticidade de Certificado já emitido.
[Consultar](#) o cadastro de postos revendedores autorizados no formato de dados abertos.



[Limpar](#) [EXPORTAR](#) [EXPORTAR COM TANCAGEM](#) [Buscar](#)

Q

Buscar

Linhas

10

Ações

CNPJ	Razão Social					
02460332000184	A S COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	AUTO POSTO TABATINGA	AM	TABATINGA	BANDEIRA BRANCA - 11/06/2021	
06096012000229	EDILSON GURGEL FILHO - ME	POSTO TABATINGA	AM	TABATINGA	EQUADOR - 14/04/2009	
07161527000228	A L PERES DE ARAUJO	POSTO VOYAGER	AM	TABATINGA	ATEM' S - 01/06/2018	
24281318000156	POSTO IRM OS NUNES COMERCIO VAREJISTA DE COMBUST VEIS LTDA - ME	POSTO TRES IRMAOS	AM	TABATINGA	ATEM' S - 04/10/2017	
	C. M. DA GRACA &	PONTÃO			BANDEIRA	

Em caso de dúvidas na utilização do sistemas, entre em contato com o Centro

de Relações com o Consumidor da ANP - Telefone 0800 - 970-0267

© 2023 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e



Versão 1.001.007

63657241000390	Biocombustíveis. Todos direitos reservados. C. M. DA GRAÇA & CIA. LTDA.	POSTO SÃO SEBASTIÃO III	AM	TABATINGA	ATEM' S - 18/07/2010	
						1 - 6 de 6

Voltar

ATENÇÃO: Não serão exportados os dados dos agentes que não se encontram autorizados pela ANP no momento dessa consulta.



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Data/Hora Emissão: 30/01/2024 12:50:39

Situação	Autorização	CNPJ	Razão Social		Nome Fantasia
EM OPERAÇÃO	PR/AM0187140	07161527000228	A L PERES DE ARAUJO		POSTO VOYAGER
Endereço	Complemento		Bairro	Município/UF	CEP
RUA MARECHAL RONDON 280			DOM PEDRO I	TABATINGA/AM	6964000
Nr Despacho	Data da Publicação		Bandeira/Início	Tipo de Posto	
ANP Nº 693	01/06/2018		ATEM' S - 01/06/2018	PR	

Sócios
ANDRE LUIZ PERES DE ARAUJO

Produtos	Tancagem (m³/d)	Bicos
GÁS NATURAL VEICULAR	0	0
GASOLINA C COMUM	30	2
ÓLEO DIESEL B S10 - COMUM	15	2
ÓLEO DIESEL B S500 - COMUM	20	1



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Data/Hora Emissão: 30/01/2024 12:49:08

Situação	Autorização	CNPJ	Razão Social		Nome Fantasia
EM OPERAÇÃO	PR/AM0181174	02460332000184	A S COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA		AUTO POSTO TABATINGA
Endereço		Complemento	Bairro	Município/UF	CEP
RUA RUY BARBOSA 51			CENTRO	TABATINGA/AM	6964000
Nr Despacho	Data da Publicação		Bandeira/Início	Tipo de Posto	
ANP Nº 566	05/06/2017		BANDEIRA BRANCA - 11/06/2021	PR	

Sócios
ALDENIZIA SOUZA CORDOVIL GURGEL
EDILSON GURGEL JUNIOR

Produtos	Tancagem (m³/d)	Bicos
GASOLINA C COMUM	120	3
GASOLINA C COMUM ADITIVADA	15	1
ÓLEO DIESEL B S10 - COMUM	15	1
ÓLEO DIESEL B S500 - COMUM	60	1



AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

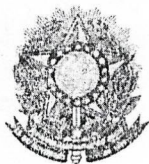
Data/Hora Emissão: 30/01/2024 12:51:38

Situação	Autorização	CNPJ	Razão Social		Nome Fantasia
EM OPERAÇÃO	PR/AM0183392	24281318000156	POSTO IRM OS NUNES COMERCIO VAREJISTA DE COMBUST VEIS LTDA - ME		POSTO TRES IRMAOS
Endereço		Complemento	Bairro	Município/UF	CEP
RUA RUA MARECHAL MALLET 91			RUI BARBOSA	TABATINGA/AM	6964000
Nr Despacho	Data da Publicação		Bandeira/Início	Tipo de Posto	
ANP Nº 1.141	04/10/2017		ATEM' S - 04/10/2017	PR	

Sócios
BRUNO MORENO NUNES
THIAGO MORENO NUNES

Produtos	Tancagem (m³/d)	Bicos
GASOLINA C COMUM	80	5
GASOLINA C COMUM ADITIVADA	10	2
ÓLEO DIESEL B S10 - COMUM	20	2
ÓLEO DIESEL B S500 - COMUM	70	1

Anexo III - Ofícios encaminhados aos fornecedores para pesquisa de preços.pdf



OFÍCIO Nº 011 - GD/IFAM/CTB/2024

Tabatinga/AM, 30 de janeiro de 2024.

REFERÊNCIA: Processo Nº 23443.001124/2024-84

À Empresa A S COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. (AUTO POSTO TABATINGA)

CNPJ: 02.460.332/0001-84

Assunto: Solicitação de cotação de preços de empresa fornecedora de combustíveis, para atender as demandas de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - *Campus* Tabatinga.

Prezados,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos através deste, solicitar cotação de preços para compor processo licitatório de empresa fornecedora de combustíveis, para atender as demandas de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - *Campus* Tabatinga, conforme modelo de pesquisa e documento com informações pertinentes para elaboração da proposta, em anexo.

Solicitamos que nos envie, se possível, em até 05 (Cinco) dias úteis a contar do envio deste documento.

As cotações deverão ser encaminhadas para o e-mail: daptbt@ifam.edu.br, ou deverão ser entregues na sede do IFAM - *Campus* Tabatinga - situado na Rua Santos Dumont, S/Nº - Bairro: Vila Verde, Tabatinga/AM - CEP: 69640-000, aos cuidados do Departamento de Administração e Planejamento (Servidora: Cindy Naila Alves Grandes).

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima.



Documento assinado digitalmente
NICOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES
Data: 30/01/2024 15:59:14-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

NICOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES
Portaria nº 1.105/GR/IFAM, de 22 de junho de 2023.
Diretor Geral do IFAM - Campus Tabatinga

Adilino Santos - Aux. Adm. - 30/01/24



OFÍCIO Nº 012 - GD/IFAM/CTB/2024

Tabatinga/AM, 30 de janeiro de 2024.

REFERÊNCIA: Processo Nº 23443.001124/2024-84

À Empresa A L PERES DE ARAÚJO (POSTO VOYAGER)

CNPJ: 07.161.527/0002-28

Assunto: Solicitação de cotação de preços de empresa fornecedora de combustíveis, para atender as demandas de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - *Campus* Tabatinga.

Prezados,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos através deste, solicitar cotação de preços para compor processo licitatório de empresa fornecedora de combustíveis, para atender as demandas de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - *Campus* Tabatinga, conforme modelo de pesquisa e documento com informações pertinentes para elaboração da proposta, em anexo.

Solicitamos que nos envie, se possível, em até 05 (Cinco) dias úteis a contar do envio deste documento.

As cotações deverão ser encaminhadas para o e-mail: daptbt@ifam.edu.br, ou deverão ser entregues na sede do IFAM – *Campus* Tabatinga – situado na Rua Santos Dumont, S/Nº - Bairro: Vila Verde, Tabatinga/AM – CEP: 69640-000, aos cuidados do Departamento de Administração e Planejamento (Servidora: Cindy Naila Alves Grandes).

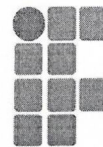
Sem mais para o momento, renovamos votos de estima.



Documento assinado digitalmente
NICOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES
Data: 30/01/2024 15:59:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NICOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES
Portaria nº 1.105/GR/IFAM, de 22 de junho de 2023.
Diretor Geral do IFAM – *Campus* Tabatinga

Wesley Gomes
30/01/2024



OFÍCIO Nº 013 - GD/IFAM/CTB/2024

Tabatinga/AM, 30 de janeiro de 2024.

REFERÊNCIA: Processo Nº 23443.001124/2024-84

**À Empresa POSTO IRMÃOS NUNES COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS
LTDA – ME (POSTO TRÊS IRMÃOS)**

CNPJ: 24.281.318/0001-56

Assunto: Solicitação de cotação de preços de empresa fornecedora de combustíveis, para atender as demandas de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - *Campus* Tabatinga.

Prezados,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos através deste, solicitar cotação de preços para compor processo licitatório de empresa fornecedora de combustíveis, para atender as demandas de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - *Campus* Tabatinga, conforme modelo de pesquisa e documento com informações pertinentes para elaboração da proposta, em anexo.

Solicitamos que nos envie, se possível, em até 05 (Cinco) dias úteis a contar do envio deste documento.

As cotações deverão ser encaminhadas para o e-mail: daptbt@ifam.edu.br, ou deverão ser entregues na sede do IFAM – *Campus* Tabatinga – situado na Rua Santos Dumont, S/Nº - Bairro: Vila Verde, Tabatinga/AM – CEP: 69640-000, aos cuidados do Departamento de Administração e Planejamento (Servidora: Cindy Naila Alves Grandes).

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima.

Recebi em: 30/01/24



Documento assinado digitalmente
NICOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES
Data: 30/01/2024 15:59:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NICOLAS ANDRETTI DE SOUZA NEVES
Portaria nº 1.105/GR/IFAM, de 22 de junho de 2023.
Diretor Geral do IFAM – *Campus* Tabatinga

**Anexo IV - Resposta da solicitação de cotação de preços da
Empresa A L Peres de Araújo ME.pdf**



Pesquisa de Preços - E-mail: daptbt@ifam.edu.br (Aos cuidados da servidora Cindy Naila Alves Grandes)

I – Dados da Empresa

1. Razão Social: A L PERES DE ARAÚJO
2. CNPJ: 07.161.527/0002-28
3. Endereço: RUA MARECHAL RONDON, Nº 280, DOM PEDRO I
4. E-mail: portovoyager@hotmail.com
5. Telefone para contato: 97 3412-3693
6. Nome completo e identificação do responsável:
WESLEM GOMES MACIEL - GERENTE
7. Data da Pesquisa: 31 / 01 / 2024
8. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

OBJETO: Aquisição de combustíveis para atender as demandas do IFAM/Campus Tabatinga.

Item	Descrição do Serviço	Und.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	GASOLINA COMUM	Litro	8.400	R\$ 7,95	66.780,00
02	DIESEL S-10	Litro	28.800	R\$ 8,90	256.320,00
03	DIESEL COMUM	Litro	3.600	R\$ 8,80	31.680,00
TOTAL (R\$)				354.780,00	

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA

Weslem Gomes Maciel

CNPJ: 07.161.527/0002-28
AL PERES DE ARAÚJO - ME
POSTO VOYAGER
Rua: Marechal Rondon, nº 280
Dom Pedro I
CEP: 69 640-000
Tabatinga

AM



POSTO VOYAGER

A L PERES DE ARAÚJO - ME / CNPJ: 07.161.527/0002-28
Fone: (97) 3412-3693
E-mail: portovoyager@hotmail.com
Rua Marechal Rondon, nº 280 - Dom Pedro I
CEP: 69.640-000 - Tabatinga - Amazonas

COTACÃO DE PREÇOS

OBJETO: RESPOSTA Ofício Nº 012 – GD/IFAM/CTB/2024.

PARA: Instituto Federal do Amazonas – IFAM – Campus Tabatinga.

MATERIAL/SERVIÇO

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	UND	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	Gasolina Comum	Litro	8.400	R\$ 7,95	R\$ 66.780,00
2	Diesel Comum	Litro	3.600	R\$ 8,80	R\$ 31.680,00
3	Diesel S10	Litro	28.800	R\$ 8,90	R\$ 256.320,00
					R\$ 354.780,00

DADOS DA EMPRESA: A L PERES DE ARAUJO-ME

TELEFONE: 097 3412-3693

CNPJ: 07.161.527/0002-28

DATA DA PROPOSTA: 31/01/2024

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

FAVORECIDO: A L PERES DE ARAUJO-ME

DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 0774-9 / CONTA CORRENTE: 37.123-8

TABATINGA-AM, 31 de Janeiro de 2024.

Weslem Gomes Maciel

Administrador

CNPJ: 07.161.527/0002-28

A L PERES DE ARAÚJO - ME

POSTO VOYAGER

Rua: Marechal Rondon, nº 280

Dom Pedro I

CEP: 69 640-000

Tabatinga

AM

**Anexo V - Resposta da solicitação de cotação de preços da
Empresa A S Comércio Varej de Combustíveis Ltda..pdf**



Pesquisa de Preços - E-mail: daptbt@ifam.edu.br (Aos cuidados da servidora Cindy Naila Alves Grandes)

I – Dados da Empresa

1. Razão Social: A S COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
2. CNPJ: 02.460.332/0001-84
3. Endereço: RUA RUY BARBOSA, Nº 51, CENTRO
4. E-mail: <u>postotabatinga@outlook.com</u>
5. Telefone para contato: <u>97 3412-2757 / 97 99153-9085</u>
6. Nome completo e identificação do responsável: <u>ALDENÍZIA SOUZA CORDEIRO GURGEL - PROPRIETÁRIA.</u>
7. Data da Pesquisa: <u>30 / 01 / 2024</u>
8. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

OBJETO: Aquisição de combustíveis para atender as demandas do IFAM/Campus Tabatinga.

Item	Descrição do Serviço	Und	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	GASOLINA COMUM	Litro	8.400	R\$ 7,89	66.276,00
02	DIESEL S-10	Litro	28.800	R\$ 8,81	254.592,00
03	DIESEL COMUM	Litro	3.600	R\$ 8,74	31.464,00
TOTAL (R\$)				352.332,00	

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA

CNPJ: 02.460.332/0001-84

A. S. Com. Varej. de Combustíveis
LTDA

Rua: R. Barbosa, nº 51
Centro

CEP: 69.640-000

Tabatinga

Amj



AUTO POSTO TABATINGA

A S COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA – CNPJ 02.460.332/0001-84
Rua Rui Barbosa, nº 51 – Centro, Fone 97 3412.2757.
E-MAIL: postotabatinga@outlook.com

COTACÃO DE PREÇOS

OBJETO DA LICITAÇÃO: Resposta ao ofício Nº 011 – GD/IFAM/CTB/2024
Aquisição de material de consumo (Combustíveis e derivados)

PARA: INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – IFAM – CAMPUS TABATINGA

DADOS DA EMPRESA: A S COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

TELEFONE: 97 – 3412-2757 – CNPJ: 02.460.332/0001-84

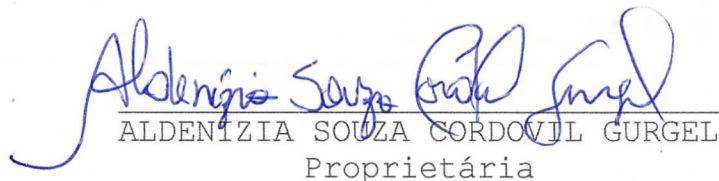
DATA DA PROPOSTA: 30/01/2024

VALIDADE DA PROPOSTA: 180 DIAS

ESPECIFICAÇÃO DOS INSUMOS

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	TOTAL
Gasolina Comum	8.400 lts	R\$ 7,89	R\$ 66.276,00
Diesel Comum	3.600 lts	R\$ 8,74	R\$ 31.464,00
Diesel S-10	28.800 lts	R\$ 8,84	R\$ 254.592,00
		Total	R\$ 352.332,00

TABATINGA-AM, 30 de JANEIRO de 2024.


ALDENIZIA SOUZA CORDOVIL GURGEL
Proprietária

CNPJ: 02.460.332/0001-84
A. S. Com. Varej. de Combustíveis
LTDA
Rua: Rui Barbosa, nº 51
Centro
CEP: 69.640-000
Tabatinga

Amj

**Anexo VI - Resposta da solicitação de cotação de preços da
Empresa Posto Irmãos Nunes Com. Var. de Combustíveis
Ltda..pdf**



POSTO IRMÃOS NUNES COM. VAR. DE COMBUSTÍVEIS LTDA
CNPJ: 24.281.318/0001-56

Rua Marechal Mallet, Nº 91, Rui Barbosa, CEP: 69640-000, Tabatinga-AM
E-mail: postotbt@gmail.com

COTAÇÃO DE PREÇOS

AO

IFAM-CAMPUS TABATINGA-AM

Endereço: Rua Santos Dumont, S/Nº - Bairro Vila Verde - CEP: 69.640-000.

Fone: (97) 3412-5142/5281

E-mail: daptbt@ifam.edu.br

Razão Social: **POSTO IRMÃOS NUNES COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA**

CNPJ: 24.821.318/0001-56

Endereço: Rua Marechal Mallet, Nº 91, Rui Barbosa, CEP: 69640-000, Tabatinga-AM

Validade da Proposta: 90 (Noventa) Dias

A empresa **POSTO IRMÃOS NUNES COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA -ME.**
Declara os valores descritos abaixo:

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS					
Referente a aquisição de combustíveis para atender as demandas de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - Campus Tabatinga.					
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR Unitário (por extenso)
1	GASOLINA COMUM	Petrobras	LITROS	R\$ 8,40	oito Reais e quarenta Centavos
2	DEISEL S-10	Petrobras	LITROS	R\$ 9,35	nove Reais e trinta e cinco Centavos

Atentamente,

Tabatinga-AM, em 05 de fevereiro de 2024.



Documento assinado digitalmente
THIAGO MORENO NUNES
Data: 05/02/2024 11:20:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

POSTO IRMÃOS NUNES COM. VAR. DE COMBUSTÍVEIS LTDA-ME
CNPJ: 24.281.318/0001-56
THIAGO MORENO NUNES
Administrador

CNPJ: 24.281.318/0001-56
Posto Irmãos Nunes Comercio
Varejista de Combustíveis LTDA
Rua: Marechal Mallet, nº 91
Bairro: Rui Barbosa
CEP: 69.640-000
Tabatinga - Amazonas

Anexo VII - Nota_Tecnica_nBA_002-2024_assinado.pdf



NOTA TÉCNICA nº 002/2024

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é aquisição de material de consumo (combustíveis) para suprir as necessidades de abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao IFAM - Campus Tabatinga, sob demanda de forma continuada e fracionada.

II - FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I e IV, do artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.3. Na consulta direta com fornecedores, foi enviada comunicação às seguintes empresas:

Fornecedor	Apresentou resposta?	Justificativa para escolha
A L Peres de Araújo	Sim	Foi realizada consulta de postos revendedores de combustíveis em operação no município de Tabatinga/AM, pelo sítio eletrônico de Consulta de Dados Públicos da ANP, que retornou apenas 3 (três) postos em funcionamento. E todos eles participaram da consulta direta com fornecedores.
A S Comércio Varejista de Combustíveis Ltda.	Sim	
Posto Irmãos Nunes Comércio Varejista de Combustíveis Ltda. – ME	Sim, apresentou a cotação dos itens 1 e 2, apenas.	

III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados o parâmetro do inciso I, do artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, a partir da pesquisa nos sistemas oficiais de governo, no caso, pelo Compras.gov.br, os filtros utilizados na pesquisa de preço foram de períodos de compras de 3 a 6 meses, realizadas no estado do Amapá, em todos os níveis da federação. Tais filtros foram utilizados para retratar com a maior proximidade possível a realidade dos valores das compras governamentais que são influenciadas pela complexidade logística que representa a localização geográfica dos municípios do interior do estado.

Combinado ao parâmetro do inciso I, também utilizamos o parâmetro previsto pelo inciso II, do artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, que se refere a pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores. Sendo assim, participaram da pesquisa direta 3 (três) fornecedores, muito além de cumprir requisito mínimo de quantidade de empreendimentos pesquisados, eles representam os únicos postos revendedores de combustíveis em funcionamento no município, conforme consulta



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS TABATINGA



realizada pelo sítio eletrônico de Consulta de Dados Públicos, da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), documento em anexo.

Isto posto, os preços coletados resultam da combinação de parâmetros de pesquisas previstos na IN SEGES/ME nº 65/2021, garantindo a aferição dos valores referenciais dos itens a serem adquiridos, de modo mais realista para então eleger o molde mais vantajoso de contratação para a administração pública.

Segue abaixo, a planilha contendo todos os preços coletados:

Núm. do Item da Pesquisa	Descrição do Item	Inciso	Nome	Quant. Ofertada	Unidade de Fornecimento	Preço Unitário
1	Gasolina Comum	I	Pref. Mun. de Iranduba/AM - Compras.gov.br	500000	Litro	R\$ 6,51
1	Gasolina Comum	I	Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva - Compras.gov.br	83842	Litro	R\$ 6,45
1	Gasolina Comum	I	Pref. Mun. de Codajás/AM - Compras.gov.br	425000	Litro	R\$ 7,79
1	Gasolina Comum	IV	A. L Peres de Araújo - Fornecedor	8400	Litro	R\$ 7,95
1	Gasolina Comum	IV	A. S. Comércio Varejista de Combustíveis Ltda. - Fornecedor	8400	Litro	R\$ 7,89
1	Gasolina Comum	IV	Posto Irmãos Nunes Comércio Varejista de Combustíveis Ltda. - Fornecedor	8400	Litro	R\$ 8,40
2	Óleo Diesel Comum, Comp.: Conc. de Enxofre 500 Mg/Kg MG/K	I	Pref. Mun. de Iranduba/AM - Compras.gov.br	200000	Litro	R\$ 6,40
2	Óleo Diesel Comum, Comp.: Conc. de Enxofre 500 Mg/Kg MG/K	IV	A. L Peres de Araújo - Fornecedor	3600	Litro	R\$ 8,80
2	Óleo Diesel Comum, Comp.: Conc. de Enxofre 500 Mg/Kg MG/K	IV	A. S. Comércio Varejista de Combustíveis Ltda. - Fornecedor	3600	Litro	R\$ 8,74
3	Óleo Diesel S10, Composição: Conc. de Enxofre 10 MG/K	I	Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva - Compras.gov.br	189000	Litro	R\$ 6,24
3	Óleo Diesel S10, Composição: Conc. de Enxofre 10 MG/K	I	IFAM/Campus S. Gabriel da Cachoeira - Compras.gov.br	24000	Litro	R\$ 7,50
3	Óleo Diesel S10, Composição: Conc. de Enxofre 10 MG/K	IV	A. L Peres de Araújo - Fornecedor	28800	Litro	R\$ 8,90
3	Óleo Diesel S10, Composição: Conc. de Enxofre 10 MG/K	IV	A. S. Comércio Varejista de Combustíveis Ltda. - Fornecedor	28800	Litro	R\$ 8,84
3	Óleo Diesel S10, Composição: Conc. de Enxofre 10 MG/K	IV	Posto Irmãos Nunes Comércio Varejista de Combustíveis Ltda. - Fornecedor	28800	Litro	R\$ 9,35



IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado deu-se com base na mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de que os preços coletados apresentam valores de forma mais heterogênea e com um número pequeno de amostras, e a mediana é menos influenciada por valores muito altos ou muito baixo.

4.2. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme abaixo:

Número e Descrição do Item	Fonte da Pesquisa	Nome	Quant. Ofertada	Unid. de Forn.	Preço Unitário	Caracterização	Justificativa
1 - Gasolina Comum	I - Compras.gov.br	Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	12	Litro	R\$ 27.031,30	Excessivamente elevado	O preço da unidade de fornecimento apresenta-se excessivamente elevado pois o objeto da contratação se refere a serviços e não ao fornecimento do material de consumo, como pretendemos adquirir os materiais. Sendo assim, o litro (unidade de fornecimento) de combustível está acima do ofertado pelo mercado.
2 - Óleo Diesel Comum, Comp.: Conc. de Enxofre 500 Mg/Kg MG/K	I - Compras.gov.br	Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	12	Litro	R\$ 3.717,34	Excessivamente elevado	O preço da unidade de fornecimento apresenta-se excessivamente elevado pois o objeto da contratação se refere a serviços e não ao fornecimento do material de consumo, como pretendemos adquirir os materiais. Sendo assim, o litro (unidade de fornecimento) de combustível está acima do ofertado pelo mercado.



V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é R\$ 315.912,00 (trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e doze reais), conforme memória de cálculo abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Mediana	Valor Total
1	461506 - Gasolina Uso: Para Automotivos , Classificação: Comum , Índice De Octanagem: Iad 87 Min	8.400	Litro	R\$ 7,8400	R\$ 65.856,00
2	477915 - Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/K	3.600	Litro	R\$ 8,7400	R\$ 31.464,00
3	461548 - Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/K	28.800	Litro	R\$ 8,8400	R\$ 254.592,00
Valor total da pesquisa de preços:					R\$ 351.912,00


5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado (ou é vantajoso para a Administração, se for caso de dispensa ou inexigibilidade).

VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: Marcela Barbosa, matrícula nº 1102526.

Observação: A realização da pesquisa de preços foi realizada conforme prevê a IN SEGES/ME nº 65/2021, foi utilizado o Sistema de Pesquisa de Preços do sítio eletrônico do Comprasnet.gov. No entanto, não foi possível emitir o relatório gerado pelo próprio sistema, apesar desse empecilho foi utilizado todos os dados provenientes da ferramenta do Comprasnet.gov e dispostos nesta Nota Técnica, conforme solicita a IN SEGES/ME nº 65/2021.

Tabatinga - AM, 07 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 MARCELA BARBOSA CARDOSO
Data: 23/02/2024 17:47:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcela Barbosa Cardoso
Coordenação de Administração e Finanças
Port. nº 004–GD/IFAM/CTB/2024

ANEXO II

Minuta de Termo de Contrato

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

CAMPUS TABATINGA

(Processo Administrativo nº 23443.001124/2024-84)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Autarquia, por intermédio do Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Tabatinga, com sede na Rua Santos Dumont, s/nº, Bairro Vila Verde - CEP 69.640-000, na cidade de Tabatinga/AM, inscrito no CNPJ sob o nº 10.792.928/0009-67, neste ato representado pelo Diretor Geral Nicolas Andretti de Souza Neves, nomeado(a) pela Portaria nº 1.105 de 22 de junho de 2023, publicada no DOU de Nº 119, de 26 de junho de 2023, Seção 2, pág. 18, portador da Matrícula Funcional nº 2865562, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDA	VALOR	VALOR
-------	------	---------------	--------	---------	----------	-------	-------

				DE MEDIDA	DE	UNITÁRIO	TOTAL
GRUPO 1	1	Gasolina Uso: Para Automotivos , Classificação: Comum , Índice De Octanagem: 87 Min	461506	Litros	8400	R\$ 7,8400	R\$ 65.856,00
	2	Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 500 Mg/Kg MG/K	477915	Litros	3600	R\$ 8,7400	R\$ 31.464,00
	3	Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/K	461548	Litros	28800	R\$ 8,8400	R\$ 254.592,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 13.1.1. Gestão/Unidade:
- 13.1.2. Fonte de Recursos:
- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

Minuta de Ata de Registro de Preços

MODELO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS - CAMPUS TABATINGA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Tabatinga, com sede na Rua Santos Dumont, s/nº, Bairro Vila Verde, CEP 69.640-000, na cidade de Tabatinga - Amazonas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.792.928/0009-67, neste ato representado pelo Diretor Geral Nicolas Andretti de Souza Neves, nomeado pela Portaria nº 1.105 de 22 de junho de 2023, publicada no DOU de Nº 119, de 26 de junho de 2023, Seção 2, pág. 18, portador da matrícula funcional nº 2865562, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 23443.001124/2024-84, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de COMBUSTÍVEIS, que visa suprir as necessidades oriundas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - *Campus* Tabatinga, especificados no item 1, do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do Grupo 1 - TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especifica ção	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - *Campus* Tabatinga.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item Do Grupo 1 - TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item Do Grupo 1 - TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade